

REPRESENTAÇÃO, CONSENSO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO EXCLUDENTE DO CONHECIMENTO: UM OLHAR CRÍTICO PARA IPCC E IPBES

*Lígia Amoroso Galbiati*¹

*Leticia Costa de Oliveira Santos*²

*Niklas Werner Weins*³

RESUMO: Questões climáticas e da biodiversidade têm mobilizado um corpo científico e institucional de conhecimento ambiental. Ambos, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), embora venham reconhecendo a importância de diálogos interdisciplinares e abertos para a participação diversa - como em relação a gênero - foram desenhados como painéis neutros de experts. A configuração desses espaços dificulta a representatividade, inclusão e efetiva participação de diferentes interesses e visões nos espaços decisórios. Destacamos a importância de questionar essa neutralidade e discutir relações de poder que permeiam a questão ambiental e os campos das ciências, mediante perspectivas da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e da Ecologia Política. O objetivo é avaliar a inclusão de gênero no âmbito dos painéis, analisando semelhanças e diferenças, a partir dos Estudos de Gênero-CTS e Ecologia Política Feminista (EPF). A participação de mulheres é analisada quantitativa e qualitativamente em relação à composição dos painéis, seu posicionamento nas estruturas hierárquicas e políticas específicas

¹ Doutoranda em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 19/11515-8. E-mail: margarida.ligia@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7962-6705>.

² Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, código 001. E-mail: lcos.leticia@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7406-3384>.

³ Doutor em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 19/03581-0. E-mail: weinsniklas@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1345-6720>.

para equidade de gênero. Também são observadas as relações desiguais entre membros do Norte e Sul Global. Destacam-se limitações da participação e imposição de consensos, desvalorização e instrumentalização de saberes, e limitações do desenho dos painéis como ferramentas de tutela ou promoção da autonomia. Espera-se um avanço na identificação de sobreposições e complementaridades entre EPF e Estudo de Gênero em CTS, destacando que as perspectivas feministas viabilizam outros enquadramentos de problemas, que superem a visão essencialista do outro e reconhecendo possibilidades para além do determinismo tecnocientífico.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade. Mudanças climáticas. Ecologia Política Feminista. Estudos de Gênero em CTS.

REPRESENTATION, CONSENSUS AND THE EXCLUSIONARY INSTITUTIONALIZATION OF KNOWLEDGE: A CRITICAL LOOK AT IPCC AND IPBES

ABSTRACT: Climate and biodiversity issues have been mobilizing a body of scientific and institutional environmental knowledge. Both the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) and the Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES), while recognizing the importance of interdisciplinary dialogues and being open to diverse participation - such as with respect to gender - were designed as neutral panels of experts. The configuration of these spaces hinders the representativeness, inclusion, and effective participation of different interests and visions in decision-making spaces. We highlight the importance of questioning this neutrality and discussing power relations that permeate environmental and scientific issues, through the perspectives of Science, Technology and Society (STS) and Political Ecology. The objective is to evaluate the inclusion of gender within the panels, analysing similarities and differences, based on STS Gender Studies and Feminist Political Ecology (FPE). The participation of women is analysed quantitatively and qualitatively in relation to the composition of the panels, their positioning in the hierarchical structures, and specific policies for gender equity. We also look at the unequal relations between members from the Global North and South. The limitations of participation and imposition of consensus, undervaluation and instrumentalization of knowledge, and design limitations of the panels as tools for safeguarding or promoting autonomy are highlighted. We hope to advance the identification of overlaps and complementarities between FPE and STS Gender Studies, highlighting that feminist perspectives enable other problem framings, which overcome

the essentialist view of the other and recognizing possibilities beyond techno-scientific determinism.

KEYWORDS: Biodiversity. Climate Change. Feminist Political Ecology. Gender Studies in STS.

REPRESENTACIÓN, CONSENSO Y LA INSTITUCIONALIZACIÓN EXCLUYENTE DEL CONOCIMIENTO: UNA MIRADA CRÍTICA AL IPCC Y AL IPBES

RESUMEN: Cuestiones relacionadas con el clima y la biodiversidad han movilizado un conjunto de conocimientos científicos e institucionales sobre el medio ambiente. Tanto el Panel Intergubernamental sobre Cambio Climático (IPCC) como la Plataforma Intergubernamental sobre Biodiversidad y Servicios Ecosistémicos (IPBES), a pesar de reconocer la importancia de los diálogos interdisciplinarios y de estar abiertos a la participación diversa - por ejemplo, en materia de género - fueron diseñados como paneles neutrales de expertos. La configuración de estos espacios dificulta la representatividad, inclusión y participación efectiva de diferentes intereses y visiones en los espacios de toma de decisiones. Destacamos la importancia de cuestionar esta neutralidad y discutir las relaciones de poder que permean los temas ambientales y científicos, a través de las perspectivas de Ciencia, Tecnología y Sociedad (CTS) y de la Ecología Política. Nuestro objetivo es evaluar la inclusión del género dentro de los paneles, analizando las similitudes y diferencias, a partir de los Estudios de Género en CTS y la Ecología Política Feminista (EPF). La participación de las mujeres se analiza cuantitativa y cualitativamente en relación con la composición de los paneles, su posicionamiento en las estructuras jerárquicas y las políticas específicas de equidad de género. También se analizan las relaciones desiguales entre los miembros del Norte y del Sur Global. Se destacan las limitaciones de la participación y la imposición del consenso, la subvaloración e instrumentalización del conocimiento, y las limitaciones de diseño de los paneles como herramientas para salvaguardar o promover la autonomía. Esperamos avanzar en la identificación de superposiciones y complementariedades entre la EPF y los Estudios de Género en CTS, destacando que las perspectivas feministas permiten otros enfoques de los problemas, que superan la visión esencialista del otro y reconociendo posibilidades más allá del determinismo tecnocientífico.

PALABRAS CLAVE: Biodiversidad. Cambio climático. Ecología Política Feminista. Estudios de Género en CTS.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980 a questão climática, e, recentemente a da biodiversidade, têm mobilizado relevante corpo de ciência e impulsionado a institucionalização de conhecimento ambiental (BECK, 2009; GIDDENS, 2009). Em algumas democracias ocidentais há um esforço de integração de diferentes expertises na formulação e implementação de políticas públicas, ou seja, de cientificação das políticas e do uso de argumentos científicos para pautar tomadas de decisão (MILLER, 2004).

O reconhecimento do gênero como chave na construção de políticas ambientais é um movimento que vem sendo construído historicamente na esfera internacional a partir da incidência política de grupos de mulheres com abordagens distintas e dinâmicas ao longo do tempo. Há as enraizadas no feminismo liberal – que enfatiza a modernização ecológica e oportunidades igualitárias para mulheres (Women in Development – WID) – até as perspectivas que compreendem mulheres como uma das classes mais exploradas pelo sistema neoliberal (Woman and Development – WAD), visto como o principal responsável pelo subdesenvolvimento dos países ditos de Terceiro Mundo (STRUCKMANN, 2018).

Com o avanço do campo teórico que trata das diferenças sexuais, emerge o conceito de gênero que, a partir de Joan Scott (1995), se estabelece como uma categoria histórica de análise. Assim, as relações de gênero superam as relações entre homens e mulheres, indo para relações estruturantes da sociedade, também analisadas no campo simbólico e das relações de poder (SCOTT, 1995). Há um deslocamento, de uma leitura essencialista para uma relacional. Se antes o foco era a categoria mulher, há uma atenção nas “relações de poder generificadas” como “processos mutáveis e complexos que moldam instituições econômicas, sociais e culturais e informam decisões sociais, políticas e econômicas” (CLEMENT *et al.*, 2019, p. 4, tradução nossa).

Diante dessas diferentes perspectivas, a incorporação de gênero nas discussões de organismos multilaterais internacionais sobre sustentabilidade se estabelece a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 (ECO92) pautada

nas abordagens que objetivam a incorporação das mulheres na vida econômica (STRUCKMAN, 2018), tomando-as como uma categoria universal e indiferenciada e cristalizando uma visão essencialista que as coloca como meras vítimas dos problemas ambientais, em particular no Sul Global (ARORA-JONSSON, 2011; MACGREGOR, 2017; RESURRECCIÓN, 2017).

Em paralelo, no final dos anos 1980, a questão climática torna-se central na agenda ambiental internacional. Com isto o protagonismo ambiental, que nos anos 1960 e 1970 era exercido no âmbito dos ativismos, em especial de mulheres lutando por sobrevivência, desloca-se para espaços políticos formais e tecnocientíficos (MACGREGOR, 2010). A agenda ambiental e a forma de enfrentamento às suas problemáticas passam a ser definidas em espaços burocratizados, ocupados principalmente por homens brancos do Norte Global (CLEMENT *et al.*, 2019; SANCHEZ, 2020), com um olhar para gênero pautado apenas na perspectiva liberal de inclusão de mulheres e aumento de participação (WAJCMAN, 2006), sem refletir sobre as relações simbólicas e de poder que estruturam a sociedade.

Neste sentido, ambos, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), embora venham reconhecendo a importância de diálogos interdisciplinares e abertos para a participação diversa – como em relação a gênero – foram desenhados como painéis supostamente neutros de experts. O IPCC surge quando o clima - e as mudanças climáticas – passam a ser entendidas na escala global. Isso implica no posicionamento de todo o mundo em uma arena de debate sobre uma crise compartilhada (MILLER, 2004). Já o “IPCC da Biodiversidade”, IPBES, estabelecida em 2012 após sete anos de negociação sobre seu desenho institucional, tem adotado uma abordagem mais inclusiva do conhecimento na interface ciência-política sobre biodiversidade (BECK, 2014; KOETZ *et al.*, 2012).

Analisamos semelhanças e diferenças a partir dos Estudos de Gênero-Ciência, Tecnologia e Sociedade (EG-CTS) e Ecologia Política Feminista (EPF) com o objetivo de analisar a inclusão de gênero no âmbito do nosso objeto: os painéis IPCC e IPBES. Foi feito um diagnóstico

dos painéis a partir da descrição de suas composições bem como dos procedimentos para sua constituição. Em seguida analisamos como gênero foi contemplado nos documentos, partindo do questionamento sobre qual a influência efetiva da maior participação de mulheres nestes espaços.

Partimos da hipótese de que há limitações na própria ferramenta: que a configuração desses espaços dificulta a efetiva participação e inclusão de interesses e visões de, por exemplo, mulheres indígenas na tomada de decisão nesses órgãos. Uma das propostas para enfrentar essa questão é a busca por equidade de gênero nos espaços de tomada de decisão.

No entanto, apenas uma representação descritiva (ligada à identidade do representante), não é suficiente, uma vez que mulheres que participam dos processos de tomada de decisão em geral fazem parte de uma elite cujos interesses e visões diferem dos conhecimentos de grupos marginalizados. Além disso, as normas e poderes masculinos estão entranhados nas instituições de forma que, independentemente do gênero, esses valores são reproduzidos (MAGNUSDÓTTIR & KRONSELL, 2015), tais como de controle, rigidez burocrática e hierárquica (SHRESTHA *et al.*, 2019).

Destacamos então a importância de questionar a suposta neutralidade dos painéis e discutir relações de poder que permeiam a questão ambiental e os campos das ciências, mediante perspectivas da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e da Ecologia Política (EP). É fundamental identificar como a ciência é produzida tendo em vista que há vetores políticos e econômicos que estruturam a educação, a pesquisa e a própria autoridade científica que são “interconectadas com a circulação e a aplicação de assertivas ambientais conflitantes” (LAVE, 2012, p. 14). Existe, portanto, a necessidade de conjugar as lentes críticas da Ecologia Política com os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (LAVE, 2012). Cabe reforçar o papel da ciência em tempos de autoritarismos e negacionismos reconhecendo, e não negando, as relações de poder e a pluralidade de leituras de mundo (NEIMARK *et al.*, 2019). Destacamos

também a importância de discutir assuntos ambientais dentro das perspectivas dos estudos CTS e da EP, já que existe uma relação próxima entre ambas no que tange o atravessamento de gênero na produção da ciência e seu impacto nas respectivas políticas.

Na próxima seção revisamos a literatura sobre gênero e feminismo na Ecologia Política e os Estudos e Ciência, Tecnologia e Sociedade e damos um recorte histórico da representação dos temas clima e biodiversidade na interface entre ciência e política. Na quarta seção deste artigo apresentamos os procedimentos metodológicos desta pesquisa, e em seguida apresentamos os resultados da representação de gênero nos dois painéis científicos IPCC e IPBES. Na discussão propomos algumas questões sobre a construção das ferramentas da interface ciência-política e gênero no âmbito clima e biodiversidade e fechamos com algumas conclusões.

GÊNERO E FEMINISMO NA ECOLOGIA POLÍTICA E EM CTS

As questões de gênero passam a ser tratadas dentro do campo ambiental já a partir da década de 1970, em uma relação dialética entre ativistas e teóricas acadêmicas. As perspectivas variam dentro do campo, no entanto, a partir de um entendimento de gênero enquanto categoria analítica (SCOTT, 1995), pode-se colocar como objetivo comum do campo compreender “como gênero molda as experiências humanas nos ambientes e como os ambientes são interpretados e tratados através das lentes do gênero” (GROSSMANN & HAUG, 2018, p. 7). Assim, há o entendimento de que os processos de mudanças ambientais são generificados.

A EPF emerge no final dos anos 1990, como uma das abordagens teóricas dentro do campo de gênero e ambiente. Ela é derivada da Ecologia Política, campo interdisciplinar que aborda as relações de poder que intermediam as relações entre ambiente e sociedade, e suas disputas materiais e discursivas (ALIMONDA, 2015; BRYANT, 1998; TUMMERS & MACGREGOR, 2019). A EPF reivindica a inserção da categoria gênero, a partir de uma perspectiva feminista, como uma variável crítica,

juntamente com classe, raça, etnia e castas, para compreensão dos processos de mudanças ecológicas (TUMMERS & MACGREGOR, 2019).

De maneira análoga, os EG-CTS ou Tecnofeminismo, para Judy Wajcman (2010), se diferenciam pela compreensão do gênero como parte integrante do processo sociotécnico, ou de “que a materialidade da tecnologia habilita ou inibe o exercício de relações generificadas particulares” (WAJCMAN, 2010, p. 8, tradução nossa). Na CTS, desde sua emergência nos anos 1970, fomentam-se leituras críticas da tecnologia que não são deterministas (quer pessimistas, quer triunfalistas), tampouco neutras e entende-se que artefatos tecnológicos moldam e são moldados pela sociedade em processos contingentes e heterogêneos (PALACIOS & LINSINGEN, 2003; WAJCMAN, 2010). No entanto, se dá pouca atenção para a influência do gênero e das identidades nestes processos e como não apenas o gênero produz as relações sociotécnicas como os artefatos produzem as relações de gênero (WAJCMAN, 2010).

O “Tecnofeminismo expõe como práticas concretas de desenho e inovação orientam para a ausência de usuários específicos, tais como mulheres” (WAJCMAN, 2010, p. 8, tradução nossa). Quanto à exclusão, Andrew Feenberg (2005) afirma que:

Aqueles excluídos do processo de desenho eventualmente sofrem as consequências indesejáveis das tecnologias e protestam. Abrir a tecnologia para uma gama maior de interesses e preocupações pode direcionar para o redesenho para maior compatibilidade com os limites humanos e naturais da ação técnica. Uma transformação democrática a partir da base pode reduzir os ciclos de retorno [*feedback loops*] de vidas humanas e da natureza danificadas e guiar a reforma radical da esfera técnica (FEENBERG, 2005, p. 49, tradução nossa).

Retomando a crítica de Wajcman (2010), pode-se questionar o menor número de mulheres envolvidas com as ciências e tecnologia complexificando justificativas pautadas em causas “internas” ou essenciais das mulheres e atentando a aspectos como a socialização e as políticas

excludentes. No entanto, não é contraditório questionar a forma como se configuram ciência e tecnologia, pautadas em valores androcêntricos – competitiva, exploratória, dominadora – enfatizando que não seria, portanto, uma questão de preparar as mulheres para constituir estes espaços, mas de repensar estes espaços como um todo (HARDING, 1986; HARDING, 2016; SARDENBERG, 2002). Novamente a partir de Wajcman (2005): “onde o feminismo liberal vê um problema em termos de controle masculino de tecnologias neutras, feministas radicais argumentam que as relações de poder generificadas são imbuídas mais profundamente na tecnociência” (WAJCMAN, 2005, p. 4, tradução nossa).

Com efeito são diversas as aproximações entre CTS e EP, como em relação à coprodução de sociedade, tecnociência e ambiente - reforçando, neste sentido a historicidade tanto da natureza quanto da tecnociência - e que borra limites entre eles indicando rupturas epistemológicas e mesmo ontológicas, em particular na relação entre humanos e não-humanos. Ambas questionam a política da produção científica, as questões de poder que se manifestam material e discursivamente e que são também mediadas por aspectos como gênero, raça e etnia, e a legitimação de determinados valores e entendimentos de natureza, desenvolvimento, crise e solução. Nas duas abordagens teóricas os paradigmas masculinos são questionados com relação à postura da humanidade com a natureza, o risco, o papel da ciência em ter “controle” e o apagamento de vozes dissonantes (HARDING, 1986; HARDING, 2016; ELMHIRST, 2011; ULLOA, 2014).

A IPBES e o IPCC são atualmente as instituições globais mais importantes que definem o conhecimento relevante para mudanças climáticas e a perda de biodiversidade globais. Propõe-se um olhar para as duas plataformas pela lente da CTS/EP que ajuda a desvelar as relações de poder (imposição de consenso, consideração de justiça) e os discursos ambientais (escassez, emergência). A EPF estende esse olhar para os ativismos, a ciência pela sobrevivência e a questão da responsabilidade (ROCHELEAU, 1996).

Nota-se aqui uma sobreposição teórica que nos instiga a olhar as duas plataformas para desvendar relações de poder a fim de reconhecer

vieses, a geopolítica da produção científica e o apagamento de saberes que se manifestam nessas instituições globais. Tanto CTS quando EP problematizam a geração e a circulação de saberes e suas relações de poder, quanto discursos mobilizadores das intervenções.

CLIMA E BIODIVERSIDADE REPRESENTADOS NO IPCC E NA IPBES

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) foi constituído em 1988, por duas agências da Organização das Nações Unidas, a Organização Meteorológica Mundial (WMO pela sigla em inglês) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e ampliou a participação para governos nacionais do mundo todo (AGRAWALA, 1998). Porém, existem limitações, uma vez que entre o 2º e 4º Relatórios de Avaliação a porcentagem de autores e revisores provenientes de países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos quais predominam países do Norte Global, permaneceu entre 80 e 82% (HULME; MAHONY, 2010).

A iniciativa foi criada com o objetivo de “fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre as mudanças climáticas, suas implicações e possíveis riscos futuros, bem como apresentar opções de adaptação e mitigação” (IPCC, 2021a). Desde sua origem busca explicitamente “gerar um ‘consenso científico’ em torno das mudanças climáticas e, especialmente, sobre o papel dos humanos na mudança do clima” (HULME; MAHONY, 2010), e até o presente momento, lançou cinco Relatórios de Avaliação nos anos 1990, 1995, 2001, 2007 e 2013/2014.

Em fevereiro de 2020, em sua 52ª sessão, o Painel adotou uma Política de Gênero e seu Plano de Implementação, que tem como objetivo “aumentar a equidade de gênero nos processos do IPCC, promover ambiente inclusivo para gênero, e aumentar a conscientização sobre questões relacionadas ao gênero por meio de treinamento e orientação” (IPCC, 2021b).

Já a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) foi estabelecida como órgão intergovernamental independente⁴ em 2012 na Cidade do Panamá e com sede da sua secretaria em Bonn, na Alemanha. Atualmente tem 137 países membros e tem como objetivos a avaliação e o fortalecimento das bases de conhecimento, a capacitação, o aprimoramento do trabalho com o conhecimento indígena e local (Indigenous Local Knowledge - ILK), o apoio à tomada de decisões políticas, e comunicação e envolvimento das partes interessadas. Sua estrutura tem a plenária dos governos como órgão central de governança que convém geralmente uma vez ao ano. O Painel Multidisciplinar de Experts (MEP) é composto por cinco participantes de cada uma das cinco regiões da ONU (África, Ásia-Pacífico, Europa Oriental, Latino-Americano e Caribe, Europa Ocidental e Outros) que supervisionam todas as funções científicas e técnicas da IPBES. Os relatórios são elaborados pelos grupos de experts e as forças tarefas que são compostas para cada relatório.

Até 2021 foram concluídos dois relatórios temáticos (polinização e degradação e restauração) e quatro avaliações regionais (Américas; Europa-Ásia Central; África; Ásia-Pacífico) e um relatório global. Em outubro de 2021, três relatórios estavam em andamento: múltiplos valores da natureza (2018-2022), uso sustentável de espécies selvagens (2018-2022), e espécies exóticas invasoras (2019-2023). Dois estavam passando pela avaliação do escopo programado para começar em 2021: *Nexus Biodiversidade, Água, Alimentos e Saúde*, e *Mudança transformativa e opções para alcançar o Visão 2050 para a Biodiversidade*.

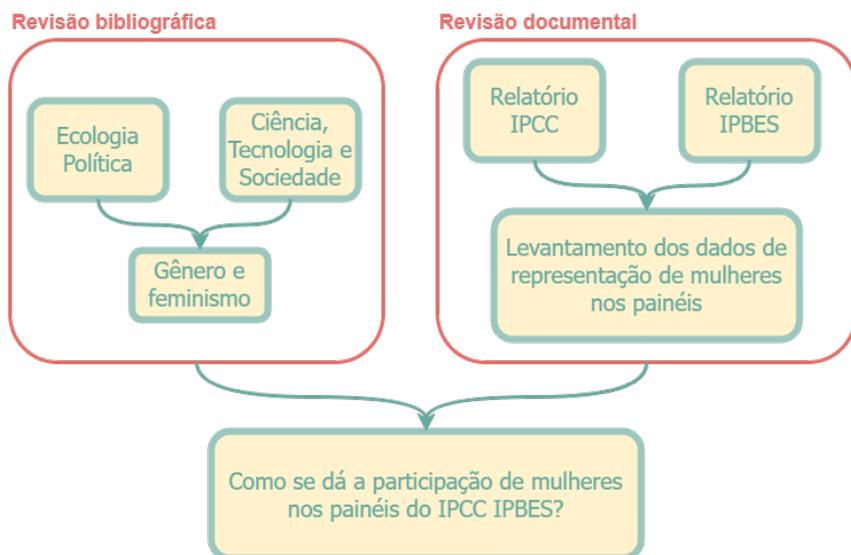
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente análise conjuga perspectivas de gênero e ambiente com um enfoque em biodiversidade e mudanças climáticas pelos aportes da EPF e da EG-CTS. Analisamos a participação dos experts em dois relatórios do

⁴ Com autorização especial, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) presta serviços de secretariado à IPBES.

IPCC e da IPBES, focando na distribuição de gênero e na representação do Sul Global de modo a questionar os critérios pelos quais esses experts são indicados (como e quem). Dessa forma, são esses experts que irão definir os conteúdos das avaliações e diagnósticos que posteriormente formam as bases para políticas globais e nacionais de adaptação. Este artigo apresenta algumas reflexões iniciais sobre os procedimentos de aprovação e qualificação dos/das experts assim como a elaboração dos relatórios. Trabalhamos com revisão bibliográfica e documental conforme o diagrama da Figura 1.

FIGURA 1. Esquema dos procedimentos da pesquisa.



Fonte: Elaboração pelas autoras.

Partimos de algumas análises preliminares sobre questões de gênero do IPCC que objetivam avaliar as políticas de inclusão do painel, essas criadas em resposta a algumas das críticas mencionadas acima. Considerando a concepção da estrutura da IPBES uma referência em

painéis na interface ciência-política, decidimos complementar os dados sobre o IPCC com uma análise inicial sobre o mesmo assunto deste painel. Exploramos várias possibilidades comparáveis, descartando a análise do painel de experts e das organizações observadoras da IPBES. Como a estrutura dos grupos de trabalho dos dois painéis de experts é composta de formas diferentes, decidimos analisar o relatório global da IPBES (2019), pois seria o mais comparável com o IPCC e com escopo global.

A partir deste banco de dados dos dois painéis, extraímos informações básicas dos experts que participaram dos dois relatórios, incluindo gênero, nacionalidade de origem e organização que a/o indicou. Optamos por utilizar a terminologia Norte/Sul Global como distinção política, não necessariamente geográfica, entre países privilegiados, que se beneficiam do capitalismo global (centrais), dos países marginalizados (periféricos) econômica e politicamente (MOHANTY, 2003). De acordo com Dados e Connell (2012), junto aos termos “Terceiro Mundo” e “Periferia”, “Sul Global” se refere a países localizados fora da Europa e da América do Norte, em geral de baixa renda e culturalmente ou politicamente marginalizados. Apesar da ascensão industrial na Ásia e da emergência política do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) complexificar essa definição, o fato de haver um crescimento nos grandes centros econômicos localizados nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão, ainda reforçam a vantagem econômica dos países do Norte (DADOS; CONNELL, 2012). Neste sentido, consideramos Sul toda a América Latina, África, o antigo “Segundo Mundo” e Sul e Sudeste Asiático.

Para o IPCC foram consideradas também as áreas de atuação dos experts (ciências exatas e naturais ou sociais, de acordo com os Working Groups (WG) a qual fazem parte) que não foram disponibilizadas para a IPBES. Adicionalmente, uma das autoras participou de uma delegação de observadores da rede Young Ecosystem Services Specialists da oitava plenária da IPBES (PISA *et al.*, 2021). Essas observações foram de um lado base para as reflexões aqui apresentadas e apresentam algumas evidências não estruturadas que dão apoio à argumentação.

RESULTADOS

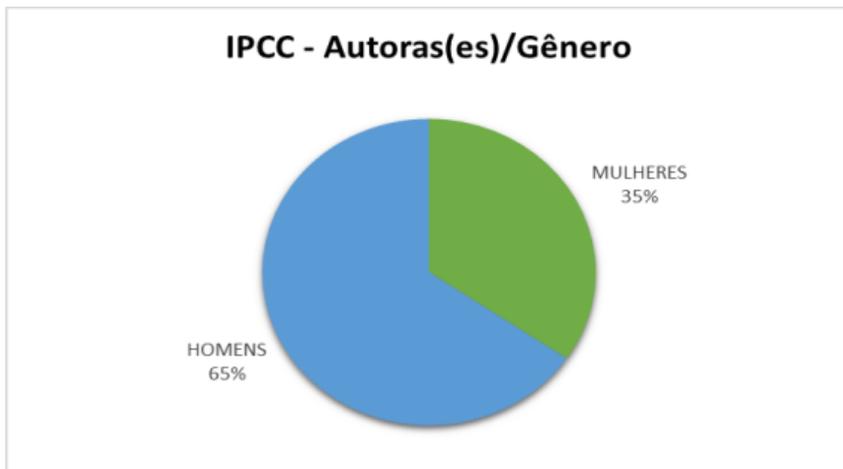
Descrevemos aqui a composição dos painéis em dois relatórios comparáveis, destacando as estruturas de indicação e posicionamento nas estruturas hierárquicas, com ênfase na razão de gênero e entre Norte e Sul Global. No levantamento aqui apresentado detalhamos a distribuição de experts do IPCC e apresentamos parte de tal análise para a IPBES. Além disso, apresentamos também uma avaliação qualitativa sobre as políticas normativas relacionadas a gênero desenvolvidas pelos dois painéis.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC

O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (AR6 Synthesis Report), lançado em março de 2023⁵, possui 779 autores, dentre as categorias *Coordinating Lead Author* (Autor Principal Coordenador), *Lead Author* (Autor Principal) e *Review Editors* (Editores de Revisão). Destes, foram identificadas 269 mulheres (34,5%) e 510 homens (65,5%) (Gráfico 1). Apesar de ainda distante de um percentual igualitário (50:50), houve um aumento no percentual de mulheres em relação ao Quinto Relatório de Avaliação, no qual 22% dos autores eram mulheres (GAY-ANTAKI & LIVERMAN, 2018).

⁵ Os relatórios do Working Group I e II foram lançados respectivamente em agosto de 2021 e fevereiro de 2022, enquanto o relatório do Working Group III foi lançado em março de 2023 (Fonte: <https://www.ipcc.ch/>. Acessado em: 25/03/2023).

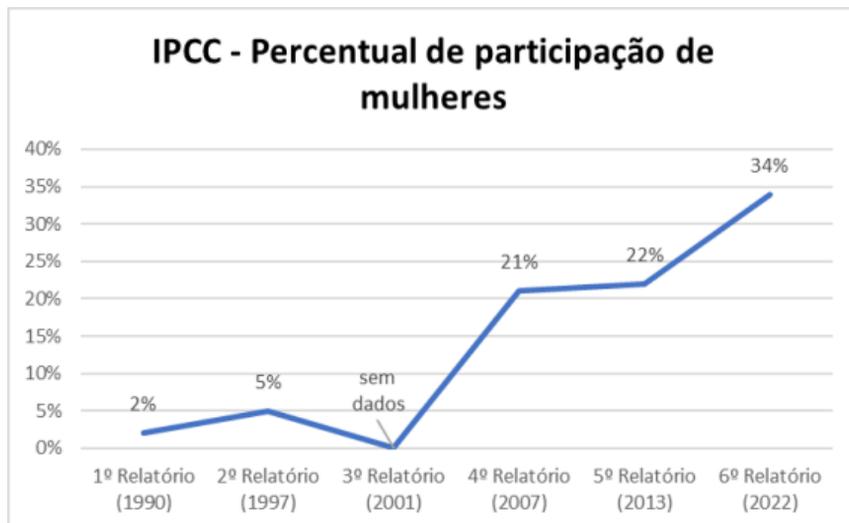
GRÁFICO 1. Distribuição homens-mulheres 6º Relatório do IPCC. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) (n= 779).



Fonte: dados do IPCC, elaboração pelas autoras.

Ao avaliar os seis relatórios, é possível verificar um aumento na participação de mulheres ao longo do tempo, como demonstrado no Gráfico 2, passando de 2% no primeiro relatório (1997) para 38% no sexto e último relatório lançado em 2022 (GAY-ANTAKI & LIVERMAN, 2018).

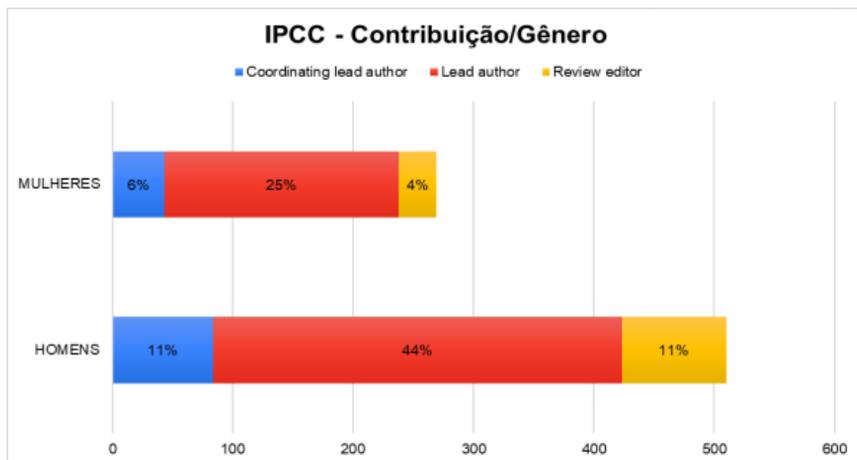
GRÁFICO 2. Percentual de participação de mulheres ao longo do tempo, no corpo técnico-científico de elaboração dos Relatórios do IPCC. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) para cada relatório (n total respectivamente: 600, 520, 476, 827, 779). Não foi possível recuperar os dados para o 3º Relatório, de 2001).



Fonte: dados do IPCC e de Gay-Antaki e Liverman (2018), elaboração pelas autoras.

Foram identificadas diferenças no percentual de mulheres entre as diferentes categorias de autoria do relatório. Dos 127 *Coordinating Lead Authors*, aproximadamente 34% são mulheres (n=43), percentual semelhante na categoria de *Lead Authors*, na qual em torno de 36,5% (n=195) são mulheres de um total de 534 autores. Já os *Review Editors*, do total de 118, aproximadamente 26% são mulheres (n=31), percentual abaixo do geral (Gráfico 3).

GRÁFICO 3. Distribuição das contribuições no relatório do IPCC. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) (n= 779).



Fonte: Dados do IPCC, elaboração pelas autoras.

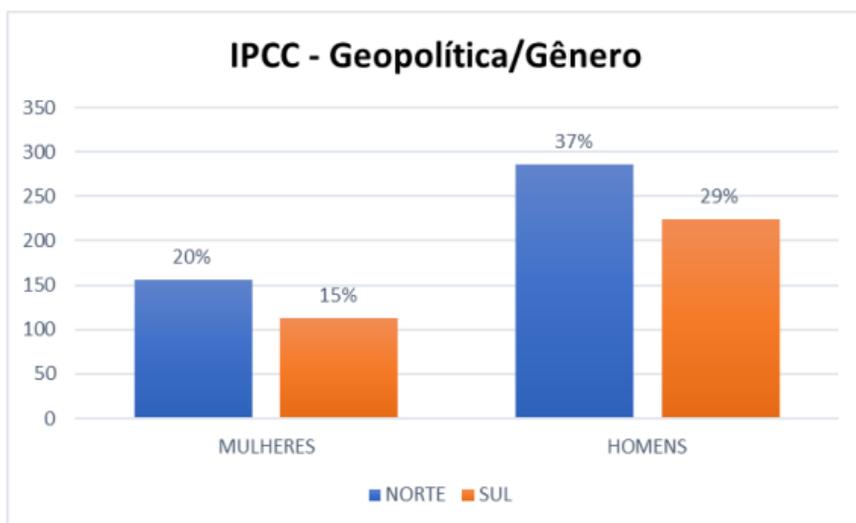
As autoras e autores também foram classificados de acordo com sua nacionalidade entre provenientes do Norte ou Sul Global. De um total de 90 países, 27 (30%) são países aqui considerados como Norte Global, com 442 (57%) autores, e 63 países (70%) aqui considerados como Sul Global, com 337 autores (43%). Estes resultados indicam que apesar de os países do Sul serem mais numerosos, autores do Norte Global ainda são maioria.

Do total de autoras e autores baseados em instituições do Norte Global, os países mais representativos são EUA, com 18,1% (n=80), Reino Unido, com 13,8% (n=61) e Austrália, com 9% (n=40). Já no caso das autoras e autores de instituições do Sul Global, a distribuição é menos concentrada, com a China representando 11,3% (n=38), Índia, 9,2% (n=31) e Brasil 6,2% (n=21).

Ao desagregar esses dados para a variável gênero, vemos que mulheres provenientes do Sul Global são a categoria menos numerosa

dentre os autores do IPCC, conforme o Gráfico 4, com apenas 113 mulheres do Sul Global, seguido por mulheres do Norte Global como segundo menor grupo, com 156 autoras. Isto se contrasta com 286 homens do Norte Global, categoria mais expressiva de autores, e homens do Sul Global com 224 autores.

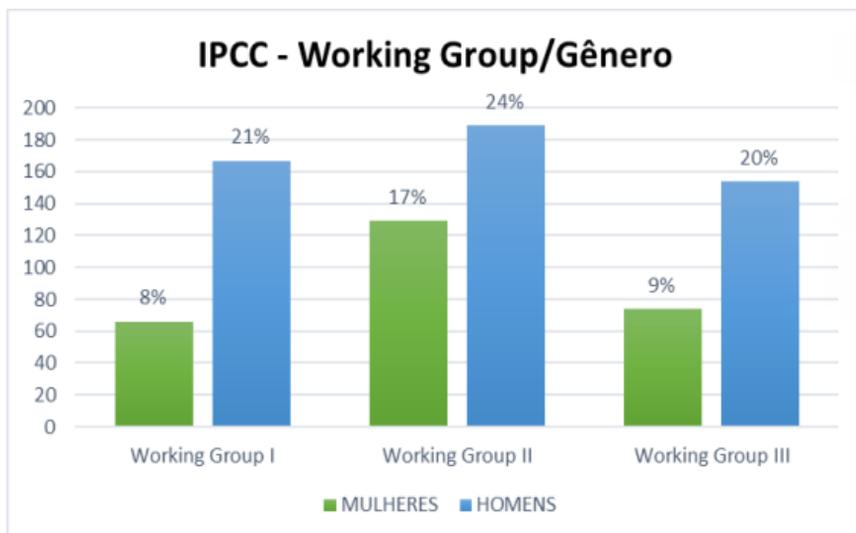
GRÁFICO 4. Nacionalidade e gênero dos autores do 6º Relatório do IPCC. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) (n= 779).



Fonte: dados do IPCC, elaboração pelas autoras.

Em relação aos Grupos de Trabalho, enquanto no Grupo II (Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade) há uma maior participação de mulheres, com 129 dentre 318 autores, os Grupos I (Bases das ciências físicas) e III (Mitigação) apresentam menores percentuais, abaixo de 10%, com 66 mulheres dentre 233 autores do Grupo I e 74 mulheres dentre 228 autores do Grupo III (Gráfico 5).

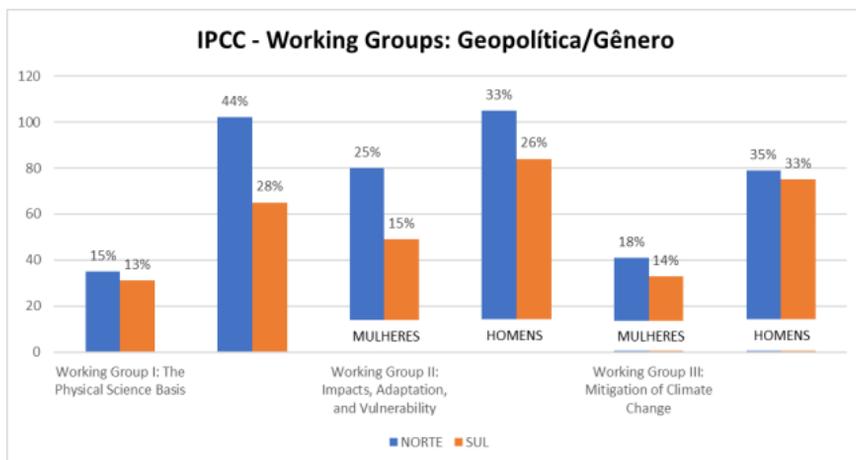
GRÁFICO 5. Distribuição por gênero nos grupos de trabalho I-III. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) (n= 779).



Fonte: dados do IPCC, elaboração pelas autoras.

Ao avaliar a origem dos autores (Norte ou Sul) em cada Grupo de Trabalho, com os dados desagregados também para gênero, fica evidente a baixa participação de mulheres do Sul Global em todos os Grupos de Trabalho. Mesmo no Grupo II, que apresenta um maior percentual de mulheres, a variação é causada pela maior participação de mulheres do Norte Global, com o percentual de mulheres do Sul variando entre 13 e 15% nos três grupos (Gráfico 6).

GRÁFICO 6. Distribuição por gênero e nacionalidade (Norte/Sul Global) no Working Group (WG) I, WGII e WGIII. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) (n= 779).



Fonte: dados do IPCC, elaboração pelas autoras.

Em relação às diretrizes de gênero do IPCC, em fevereiro de 2020, em sua 52ª sessão, o Painel adotou sua Política de Ação de Gênero e seu Plano de Implementação (decisão IPCC-XLIX-5). A política possui três objetivos principais, sendo eles, “aumentar a equidade de gênero nos processos do IPCC, promover um ambiente inclusivo para gênero, e aumentar a conscientização sobre questões relacionadas ao gênero por meio de treinamento e orientação” (IPCC, 2021, p. 3), que se desdobram em oito objetivos específicos que serão realizados de acordo com o Plano de Implementação, sob responsabilidade do Time de Ação de Gênero (*Gender Action Team - GAT*).

Algumas das ações propostas para alcançar os objetivos dizem respeito a monitorar os processos do IPCC em relação à equidade de gênero: estimular que mulheres sejam nomeadas para posições chave pelos países membro; levar em consideração perspectivas de gênero nas

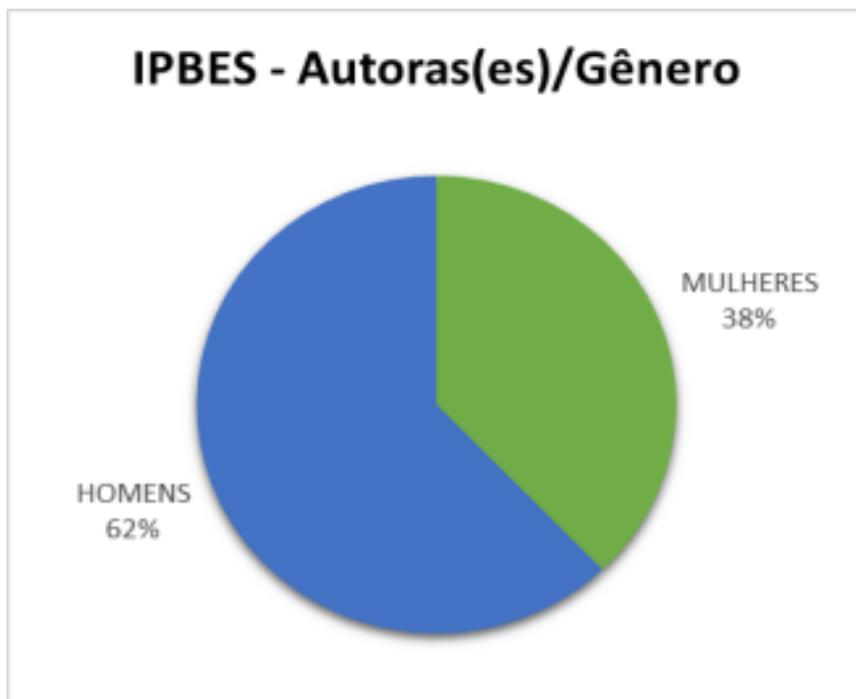
decisões do Painel; quando relevantes, organizar treinamento que levem em consideração questões de gênero e interseccionalidades, implementando práticas inclusivas; dentre outras. Além disso, o processo será monitorado através de levantamento e produção de dados sobre balanço de gênero nos espaços, além da realização de *surveys* para avaliar a experiência dos participantes em encontros do IPCC e nos ciclos dos relatórios (IPCC, 2021), por exemplo.

Apesar de ser uma iniciativa importante, que indica um ganho de espaço da agenda de gênero nos espaços relacionados às mudanças climáticas, a perspectiva incorporada pouco leva em consideração as diversidades dentro da categoria “mulher”, uma categoria política que não é universal, mas atravessada por outros marcadores sociais da diferença. Além disso, ao tratar gênero apenas como uma questão de equidade, perde-se o olhar para as relações estruturais de poder, que delinham a própria formação do campo científico, em específico o campo tecnocientífico vinculado às mudanças climáticas. Neste sentido, o Painel reforça uma ecogovernamentalidade e uma geopolítica de conhecimentos que propõe um léxico único. Este léxico, que por sua vez, define o discurso sobre mudanças climáticas fundado em uma racionalidade específica, trazendo uma visão única sobre natureza, que exclui outros conhecimentos e saberes (ULLOA, 2014).

PLATAFORMA INTERGOVERNAMENTAL DE BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS – IPBES

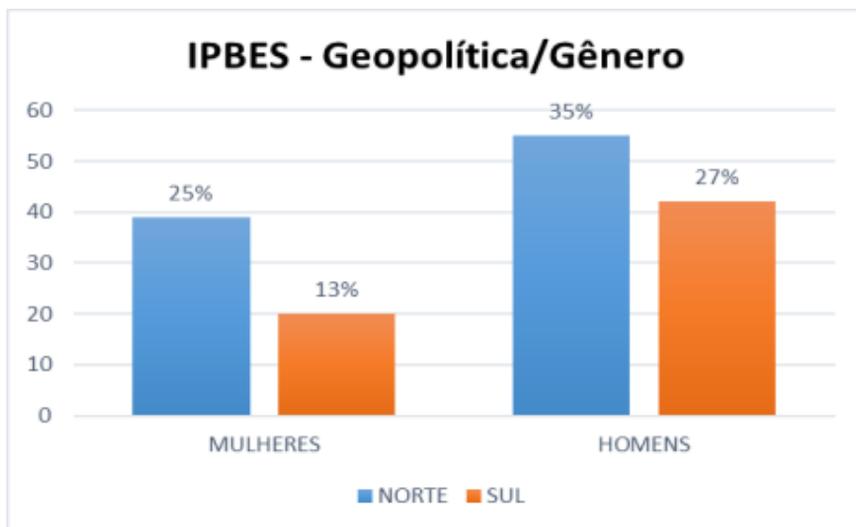
A IPBES parte de um desenho mais aberto à participação de mulheres e demais minorias. Na autoria do relatório global da IPBES aqui analisado, 38% (Gráfico 7) é composta por mulheres, e em relação ao número total de autores, 13% são de mulheres em instituições do Sul Global (Gráfico 8).

GRÁFICO 7. Distribuição homens-mulheres no relatório global da IPBES. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) (n= 156).



Fonte: dados da IPBES, elaboração pelas autoras.

GRÁFICO 8. Distribuição por gênero e instituição do Norte/Sul Global. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) (n= 156).



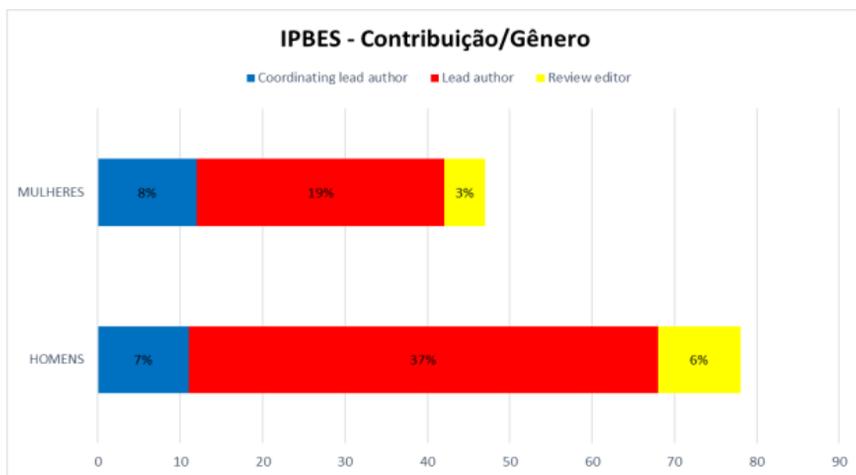
Fonte: dados da IPBES, elaboração pelas autoras.

Similar à situação do IPCC, tanto a nacionalidade quanto a instituição das/dos experts são fatores qualitativos importantes na produção do conhecimento. Com um total de 60,3% das 156 autoras e dos autores baseados em instituições do Norte Global, destacam-se os EUA com 10,9% (n=17), Alemanha com 5,8% (n=9) e Austrália com 3,8% (n=6), observa-se um desequilíbrio em favor às instituições do Norte. Essa diferença se evidencia ao olhar para autoras e autores baseados no Sul onde há uma distribuição não representativa de países com o maior número oriundos da África do Sul, de 5,1% (n=8), na Argentina, de 4,5% (n=7), e no México, de 3,8% (n=6), com sub-representação dos dois países mais populosos, Índia e China.

Olhando para diferentes papéis hierárquicos que as/os experts detém no relatório global da IPBES (Gráfico 9), a proporção de Coordinating

Lead Authors lead entre homens e mulheres é equilibrada (ambos $n=11$). No entanto, a equidade de gênero entre as/os Lead Authors fica discrepante com quase dois terços sendo homens ($n=56$) e um terço mulheres ($n=29$). Ainda, olhando para a origem destes autores, somente 4 das mulheres e 4 dos homens são do Sul Global. Já a distribuição entre Lead Authors entre os homens é próximo de igual (54%, $n=30$) do que entre as mulheres (29%, $n=10$).

GRÁFICO 9. Distribuição das contribuições no relatório da IPBES. O rótulo de dados indica o percentual para cada categoria em relação ao total de autoras (es) ($n= 156$).



Fonte: dados da IPBES, elaboração pelas autoras.

Em um dos seus documentos fundadores ficam definidas funções, princípios operacionais e arranjos institucionais da IPBES (2012). Destaca-se reconhecimento de contribuições por uma série de atores não-estatais desde o início. As “partes interessadas relevantes” podem incluir “outras organizações intergovernamentais, organizações científicas internacionais e regionais, fundos ambientais, organizações não governamentais, povos indígenas e comunidades locais e o setor privado” (IPBES, 2012, p. 1).

Várias das cláusulas fazem uso de uma linguagem que abre a possibilidade dos procedimentos da plataforma “encorajar”, “reconhecer”, “respeitar”, mas também “levar em consideração [conforme o caso] contribuições e sugestões feitas pelas partes interessadas relevantes” (I a, III, e 3.7. d, IPBES, 2012, p. 1-2). É formalmente reconhecida a importância do conhecimento indígena e local (II d, IPBES, 2012, p. 2), que pode ser representado por “representantes credenciados de povos indígenas e comunidades locais” que podem participar da IPBES como observadores (IPBES, 2012, p. 2, III 2.6.). A equidade de gênero, de acordo com (II i, IPBES, 2012, p. 2) precisa ser reconhecida “em todos os aspectos relevantes de seu trabalho”. Segundo princípio B15d, a consideração de diferentes disciplinas e tipos de conhecimento e “outros detentores de conhecimento” deve seguir um equilíbrio de gênero e levar à “contribuição efetiva e participação de experts de países em desenvolvimento”. Nisso, de acordo com princípio B15g, devem ser exploradas formas de trazer “diferentes sistemas de conhecimento, incluindo sistemas de conhecimento indígenas, para a interface ciência-política” (IPBES, 2012, p. 4).

A seção D que definiu formas de organização dos grupos de trabalho no seu princípio 18a estabelece três opções das quais todas enfatizam que devem ser estabelecidas com “equilíbrio geográfico, disciplinar e de gênero” (IPBES, 2012, p. 5). Os grupos de trabalho são estabelecidos de acordo com cada programa de trabalho⁶, permitindo arranjos com focos diferentes. Entre eles, quando são estabelecidos grupos regionais, podem ser estabelecidos outros grupos *ad hoc* e com prazo determinado para realizar avaliações globais e/ou temáticas. No entanto, na literatura (e pela própria IPBES) é reconhecido que o processo de nomeação atual não forneceu representação adequada em todas as regiões geográficas, gênero, disciplinas científicas e sistemas de conhecimento (PESCHE *et al.*, 2016).

De acordo com as regras na plataforma (IPBES, 2013), há uma priorização de pedidos de governos nacionais e órgãos do sistema ONU. As regras abrem a possibilidade de contribuições e sugestões por

⁶ O primeiro definido entre 2014-2018 e o segundo de 2018 até 2030 em concordância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sendo “totalmente acionado pela demanda” dos governos (IPBES, 2022).

partes interessadas como organismos da ONU relacionados à biodiversidade e serviços ecossistêmicos, outras organizações intergovernamentais, e científicas internacionais e regionais, fundos fiduciários ambientais, organizações não governamentais, povos indígenas e comunidades locais e o setor privado que são encorajados de fazer esses pedidos em conjunto. De acordo com o artigo 7, a relevância e urgência assim como as capacidades. Dessa forma, preocupações minoritárias podem ser dispensadas facilmente em prol da eficiência processual. Muitas vezes, representantes de ONGs, grupos de mulheres do Sul Global ou grupos indígenas acabam perdendo a possibilidade de usufruir de seu direito de participar com pedidos por desconhecerem os procedimentos formais.

Tal caso ficou evidente em nossa participação na oitava plenária da IPBES em 2021⁷ quando a representante da Bolívia desejou reabrir uma discussão por ela não considerada fechada sobre contribuições da natureza para as pessoas, mas que, em referência à ordem, foi encerrada. O relatório da plenária (IPBES, 2021) não faz menção dessa (e outras) ocasiões de discordâncias importantes que a longo prazo prejudicarão o apoio de instituições e suas definições por participantes do Sul Global ao sentirem que os processos não são abertos a todos.

DISCUSSÃO

Apesar da importância científica do trabalho dos dois painéis, são identificados pontos críticos, dos quais destacamos: construção das ferramentas (técnicas) de participação nos painéis e seus limites; representação e formação de consensos; e essencialização e perspectivas do outro.

Na composição dos dois painéis, a inserção de gênero tem se restringido a aspectos procedimentais, isto é, à inclusão de mulheres em termos numéricos, mas não em direção a uma representação diversa.

⁷ Durante a nossa participação na 8ª plenária (que por causa da pandemia da Covid-19 foi realizada online) focamos na observação da atuação de organizações da sociedade civil, jovens e indígenas do Sul Global. Esses grupos, assim como os Estados-nação, tiveram um espaço de fala de três minutos nas diferentes sessões da plenária.

No entanto, como se trata de painéis intergovernamentais, as decisões finais são dos Estados nacionais, onde estão realocadas a responsabilidade e a possibilidade de reforma, e não nas instituições internacionais. Neste caso, depende da existência de políticas sensíveis, internas aos países, para indicar cientistas com perfis diversos para compor os painéis. Mesmo com demandas da nomeação de experts com outros perfis, os vieses de seleção de experts se mantêm a nível nacional e alimentam um *pool* de candidatos na maioria masculinos e brancos (MONTANA; BORIE, 2016).

É fundamental que mulheres sejam incluídas nos procedimentos, já que tendem a ter menor participação em grandes arenas de debate e tomada de decisão, quando, em contrapartida, protagonizam as micropolíticas do cotidiano e a reprodução da vida (SANCHEZ, 2020). Não obstante, a inclusão cai em uma chave conservadora, priorizando o aspecto distributivo de justiça – como se bastasse distribuir equitativamente assentos em uma arena – e não considerar adequadamente o aspecto do reconhecimento (FRASER, 2010; SVARSTAD; BENJAMINSEN, 2020). Neste sentido, estas plataformas podem se beneficiar ao criar espaços onde caibam diferentes narrativas protagonizadas por grupos minoritários, indo além da participação passiva e protocolar ou da representação de suas vozes por cientistas privilegiados.

Existe ainda sub-representação de disciplinas das ciências humanas dentro destes relatórios. Um estudo de Bjurstrom & Polk (2011) avaliou as referências revisadas por pares citadas no 3º Relatório de Avaliação (2001) e verificou que 12% eram de disciplinas de humanidades. Entretanto, ao retirar a economia, restavam apenas 8% das referências citadas dentro do campo de ciências humanas. Isso indica um viés para as ciências naturais já apontado, ainda que se tenha ciência da centralidade das relações sociais relativas a problemáticas complexas tais como as mudanças climáticas (YEARLEY, 2007).

Esta crítica em relação à participação de mulheres pode ser estendida ao IPCC. Já que está documentado que até o 5º Relatório de Avaliação há uma predominância masculina entre os autores e colaboradores e, dentre as autoras, a maioria é proveniente de países do Norte Global (NHAMO; NHAMO, 2018). No primeiro Relatório estima-se uma participação

de no máximo 12 autoras, representando apenas 2% do total de cientistas envolvidos. Ao longo do tempo, este número passou de 26 no segundo relatório (1997), passando de 5% do total, para 100 (21%) no Relatório de 2001 e 182 (22%) no quinto e último Relatório lançado em 2013-2014 (GAY-ANTAKI; LIVERMAN, 2018). Apesar deste aumento, a participação de mulheres ainda não é um ideal de paridade de gênero.

Outro ponto de destaque foi a verificação de que no Painel de Mudanças Climáticas mulheres estão mais representadas no *Working Group II*, espaço que trata de impactos, adaptação e vulnerabilidade. A estrutura científica e política vinculada às mudanças climáticas em geral se divide em duas áreas de atuação: mitigação e adaptação, os quais podem ser interpretados a partir de campos simbólicos de gênero:

Ao mesmo tempo que é um problema definido cientificamente e também um desafio para o capitalismo, o aquecimento global foi conceituado de uma forma que reflete as estruturas de poder dominantes as quais são elas mesmas marcadas pelo gênero (MACGREGOR, 2017, p. 18, tradução nossa).

A construção binária do pensamento ocidental é apontada por ecofeministas, como Maria Lugones (2008) e Val Plumwood (1993), e está fundamentada nos processos de colonização. Há a construção de uma esfera desvalorizada e demarcada da alteridade nos esquemas binários ocidentais, implicando em estruturas hierárquicas de dominação sobre aquilo que é considerado o “outro”, a partir do referencial masculino, branco, ocidental, heterossexual, cristão (PÉREZ-OROZCO, 2019). Assim, bem-mal, mente-corpo, homem-mulher, sociedade-natureza, branco-não-branco, público-privado, ciência-mito, seguem essa lógica relacionada com a construção articulada de gênero e raça no processo colonial, a mesma lógica que sustenta a dominação do “homem” sobre a natureza (MATHEWS, 2017).

O eixo de mitigação se localiza em um campo simbolicamente masculino, abarcando aspectos quantitativos de emissões de carbono e

tecnologias para a redução de emissões, relacionado às ciências físicas e exatas com a geoengenharia e a tecnociência, e vinculado à ideia de *soluções* técnicas a problemas de diferentes categorias. Já o eixo de adaptação se relaciona a um campo simbolicamente feminino, por tratar de vulnerabilidades, impactos, abarcando aspectos sociais e vinculado à ideia de *vítimas*.

Assim, a construção do problema climático se assenta nesta mesma lógica e reproduz essas hierarquias. Apesar de não ter sido possível avaliar o campo de conhecimento de cada pesquisador, é notável que o WGII está mais relacionado com aspectos sociais das mudanças climáticas, bem como aspectos de vulnerabilidade, e acreditamos que não coincidentemente, apresenta mais mulheres no seu corpo de pesquisadores, sustentando o argumento da construção binária e gendrada do campo científico das mudanças climáticas. Mesmo com foco em discursos científicos que trazem legitimação e autoridade epistêmica ao processo, o desenho das ferramentas de tomada de decisão privilegiam leituras hegemônicas do mundo e um enquadramento de *problemas* e *soluções* a partir de uma lente masculina, branca e do Norte Global. Mesmo a participação de pessoas não-brancas, não-masculinas com poder equitativo de decisão pode não bastar se não são questionados os modelos de preservação, conservação, controle, os instrumentos de mercado e outros elementos que contribuem para a institucionalização de uma visão singular da natureza e as hierarquias rígidas nestas estruturas (MARTIN *et al.*, 2016; SHRESTHA, JOSHI, CLÉMENT, 2019). Como coloca Ulloa (2014):

A consolidação das políticas globais de mudança climática é uma visão que surge do conhecimento especialista das universidades, instituições e programas e especialistas de países ‘desenvolvidos’, nas que se estabelece desde o que fazer para resolver os problemas das mudanças climáticas e como fazê-lo, até quais são as opções políticas para levar a cabo ditas estratégias. As mudanças climáticas e o discurso sobre elas trazem consigo um ressurgimento do que Mignolo postula como ‘a equação entre lugar geográfico e teoria (assim como a produção tecnológica de conhecimento),

[que] está relacionada à equação moderna entre tempo e teoria e produção tecnológica de conhecimento? (2000: 4). Também na mesma linha, as mudanças climáticas implicam uma geopolítica do conhecimento centrada em estratégias e visões globais, que mais uma vez ampliam uma visão única de conhecimento sobre o clima (ULLOA, 2014, p. 281; tradução nossa).

Artefatos técnicos como ferramentas de participação, arranjos de governança, e arenas de debate, tanto são produzidos a partir de exercícios de poder quanto mediam relações de poder (FEENBERG, 2005; WAJCMAN, 2010), embora possam ser desenhadas para ser democráticas ou complexas e reflexivas (ESCOBAR, 2016). Sua construção exclui uma gama de conhecimentos – particularmente na temática socioambiental – dos quais o próprio processo poderia se beneficiar, deslegitimando vozes dissidentes e cristalizando uma categoria de porta-vozes problemática. Como coloca Marcos de Almeida Matos em uma entrevista recente (FACHIN, 2021, s.p.):

É preciso muita violência (e depois muito cinismo para ocultá-la) para fazer com que os diferentes povos da floresta (humanos e extra-humanos) compareçam numa ágora representados por delegações ou experts, falando uma linguagem compatível com os termos nos quais se negocia nas Conferência das Partes - COPs ou em processos políticos clássicos de representação. Que lideranças indígenas (por exemplo) se vejam obrigadas a fazer isso indica que muito já se perdeu no caminho. E que esse seja (relativamente) o nosso estado de coisas atual não nos deveria dispensar do esforço para pensar outras formas de política (FACHIN, 2021, s.p.).

No processo de reforma do IPCC e no longo processo constitutivo da IPBES, algumas destas questões têm sido levantadas. Na interface ciência-política, o conceito abrangente das Contribuições da Natureza para as Pessoas (*Nature's Contributions to People*, NCP) tenta dar mais centralidade

aos aspectos culturais, dando espaço explícitos a conceitos não-ocidentais e científicos nos relatórios (DÍAZ *et al.*, 2018).

Tendo em vista que a temática da biodiversidade é muito atrelada ao contexto local, o conhecimento local e indígena estão se tornando peças importantes na IPBES já sendo considerados nos estágios da conceitualização dos seus relatórios. Todavia, há constatações pelos próprios *stakeholders* do processo de que a participação é falsa ou que se trata de tokenismo (BECK *et al.*, 2014). Além disso, a respeito de gênero, as regras de procedimento da plataforma somente “visam” a equidade, isto é, o guia para a formulação de relatórios menciona pouco a importância e não explica o que é, e como se garante uma representação adequada (IPBES, 2018, p. 12).

Cabe ainda atentar para a essencialização ou o entendimento de mulheres como um grupo homogêneo, desconsiderando gênero como categoria relacional (ARORA-JONSSON, 2011; CLEMENT *et al.*, 2019), ou seja, entender a inclusão de gênero como estritamente a inclusão de mulheres. Neste sentido, a questão central é que não se trataria apenas da participação de mulheres em números absolutos, mas da representação das interseccionalidades, a partir de atravessamentos de raça, etnia e classe. Também chama a atenção a composição dos painéis com foco nas estruturas hierárquicas e nos grupos temáticos, e a inclusão de mulheres em posições estratégicas.

Sendo assim, a representatividade nos espaços de decisão deve superar as “perspectivas do outro” e trazer enquadramentos de problemas de formas diferentes (ESCOBAR, 2016). Para tanto busca-se abandonar a visão essencialista do que é o outro, reconhecendo as possibilidades para além do determinismo tecnocientífico (WAJCMAN, 2010). Ambos, na EP e em CTS, reconhecem que as decisões alegadamente técnicas não são neutras pois as premissas partem de especificidades dos cientistas (YEARLEY, 2020).

Diferentes cientistas partindo de um mesmo conjunto de dados podem chegar a conclusões diferentes em função de como elas ou eles interpretam esses resultados e como enquadram dados problemas, ainda que todas possam se enquadrar em “decisões técnicas” (YEARLEY,

2007). Definir um problema é olhar a partir de uma referência de mundo e, portanto, problemas e soluções científicas não são neutras (ESCOBAR, 2016). A tensão norte-sul também é notada pela submissão do Sul às lógicas da ciência tida “global”, mas que é ocidental e do norte, e consequentemente às lógicas de definição de problema, de desenho de solução e de financiamento de pesquisa e políticas, que, em última instância, destitui os países do Sul de sua agência (BRYANT 1998; VACCAREZZA 2011). Questiona-se ainda o posicionamento do sul como *locus* das problemáticas que devem ser submetidas às lógicas de gerenciamento e controle do norte (BRYANT 1998; OBENG-ODOOM, 2020). Além disso, no processo de construir um painel científico, a formação de um amplo consenso pode contribuir com a despolitização de assuntos como as mudanças climáticas (SWYNGEDOUW, 2011). Há de se entender como o consenso é construído (ou forçado) sob discursos de emergência, e como são validados tecnicamente, desfavorecendo interesses e representação mais ampla (YEARLEY, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar a inclusão de gênero no âmbito dos painéis intergovernamentais IPCC e IPBES a partir de abordagens dos EG -CTS e da EPF. Destacamos que não foi possível realizar uma análise quantitativa para raça, devido à ausência de dados desagregados na composição dos Painéis.

A inclusão de mulheres, seja por políticas específicas de inclusão ou por mudanças posteriores nas composições, acabam não modificando as estruturas de participação tampouco sanando efetivamente a representatividade da questão de gênero. O foco quantitativo da composição dos painéis desconsidera interseccionalidades e perpetua um consenso que não é representativo.

Os achados iniciais aqui apresentados incrementam os dados de análise similar feita por Montana e Borie (2016) sobre dois momentos do MEP do IPCC em cujo núcleo de autores a predominância é de cientistas homens, brancos, do Norte Global e das ciências naturais que encabeçam

relatórios mais visíveis em posições de liderança. Pouca participação feminina e do Sul Global pode ser evidenciada nessas posições e quando ela acontece, na maioria dos casos não representa visões de classe ou raça diferentes do que as globalmente dominantes.

A definição dos problemas científicos ainda está concentrada em instituições estadunidenses e europeias e que, dado seu reconhecimento global, imprime-se na organização do debate científico global. De maneira similar, se os painéis de alto nível da ONU, nomeados por governos nacionais continuam a ser compostos majoritariamente por um olhar masculino, branco do Norte Global, é difícil chegar em um outro consenso.

Sugerimos que os filtros das ferramentas que começam por entender a linguagem técnica e organizacional até a familiaridade (ou conhecimento da existência) de organizações como IPCC ou IPBES, acabam excluindo uma gama de conhecimentos que poderiam beneficiar o próprio processo. Neste sentido propomos dar sequência na pesquisa para verificar as limitações dos painéis como ferramentas de participação. Pesquisas futuras sobre o tema gênero deverão analisar de forma crítica se houve mudanças substantivas nas propostas com a maior participação de mulheres nos dois painéis. Além disso, há necessidade de verificar as grandes áreas de conhecimento de cada pesquisador para subsidiar a discussão sobre os aspectos simbólicos de gênero na Ciência.

Cabe aprofundar as análises qualitativas de modo a verificar exatamente 1) quem são as pessoas indicadas como experts e 2) quais os assuntos pelos quais elas e eles argumentam para poder melhor evidenciar essa questão. Também propomos observar o processo assim como os pressupostos que sustentam a existência dos painéis, atentando para o discurso mobilizado em termos de criticidade quanto às questões de gênero ou às visões de desenvolvimento. Finalmente, compreendemos que o diálogo entre CTS e EP é fundamental para ponderar sobre a produção e a institucionalização do saber ambiental e a busca de formas inclusivas de buscar alternativas reais às crises globais. Cabe observar a representação das organizações de mulheres, o discurso mobilizado para tratar da própria inclusão de gênero, e que influência tem sua participação na produção de políticas específicas.

REFERÊNCIAS

- AGRAWALA, Shardul. Context and Early Origins of the Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climatic Change*, v. 39, n. 4, p. 605-620, 1998. DOI: 10.1023/A:1005315532386.
- ALIMONDA, Héctor. Ecología política latinoamericana y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 161-168, 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.44557. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/44557>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- ARORA-JONSSON, Seema. Virtue and vulnerability: Discourses on women, gender and climate change. *Global Environmental Change*, v. 21, n. 2, p. 744-751, 2011. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2011.01.005.
- BECK, Ulrich. *World at Risk*. 1ª edição. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BECK, Ulrich. How climate change might save the world: Metamorphosis. *Harvard Design Magazine*, n. 39, p. 88-98, 2014.
- BJURSTRÖM, Andreas; POLK, Merritt. Physical and economic bias in climate change research: a scientometric study of IPCC Third Assessment Report. *Climatic Change*, v. 108, n. 1, p. 1-22, 2011. DOI: 10.1007/s10584-011-0018-8.
- BRYANT, Raymond L. Power, knowledge and political ecology in the third world: a review. *Progress in Physical Geography*, v. 22, n. 1, p. 79-94, 1998. DOI: 10.1177/030913339802200104.
- CLEMENT, Floriane; HARCOURT, Wendy; JOSHI, Deepa; SATO, Chizu. Feminist political ecologies of the commons and commoning (Editorial to the Special Feature). *International Journal of the Commons*, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2019. DOI: 10.18352/ijc.972.
- DADOS, Nour; CONNELL, Raewyn. The global south. *Contexts*, v. 11, n. 1, p. 12-13. 2012. <https://doi.org/10.1177/1536504212436479>.

- DÍAZ, Sandra *et al.* Assessing nature's contributions to people. *Science*, v. 359, n. 6373, p. 270-272, 2018. DOI: 10.1126/science.aap8826.
- ELMHIRST, Rebecca. Introducing new feminist political ecologies. *Geoforum*, v. 42, n. 2, p. 129-132, 2011. DOI: 10.1016/j.geoforum.2011.01.006.
- ESCOBAR, Arturo. *Autonomía y diseño: la realización de lo comunal*. 1ª edição. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.
- FACHIN, Patricia. A guerra dos mundos à brasileira: “Precisamos abandonar a pretensão de pautas unificadas”. Entrevista especial com Marcos de Almeida Matos. *Instituto Humanitas Unisinos*, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2ZakK04>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- FEENBERG, Andrew. Critical Theory of Technology: An Overview. *Tailoring Biotechnologies*, v. 1, n. 1, p. 47–64, 2005.
- FRASER, Nancy. *Scales of Justice: reimagining political space in a globalizing world*. New York: Columbia University Press, 2010.
- GAY-ANTAKI, Miriam; LIVERMAN, Diana. Climate for women in climate science: Women scientists and the Intergovernmental Panel on Climate Change. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 115, n. 9, p. 2060–2065, 2018. DOI: 10.1073/pnas.1710271115.
- GIDDENS, Anthony. *The politics of climate change*. Cambridge; Malden: Polity, 2009.
- GROSSMANN, Kristina; HAUG, Michaela. Gender and environmental change: recent debates and new perspectives in anthropological research. *Antropologia*, v. 5, n. 1, p. 7-21, 2018. DOI: 10.14672/ada201813847-21.
- HARDING, Sandra G. *The science question in feminism*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1986.
- HARDING, Sandra. *Whose science? Whose knowledge?*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2016.

- IPBES. *Functions, operating principles and institutional arrangements of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*. Panama City: IPBES. 2012. Disponível em: <https://ipbes.net/document-library-catalogue/functions-operating-principles-and-institutional-arrangements>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- IPBES. *Procedure For Receiving And Prioritizing Requests Put To The Platform*. Panama City: IPBES. Disponível em: https://ipbes.net/sites/default/files/downloads/Procedure%20for%20receiving%20and%20prioritizing%20requests%20put%20to%20the%20Platform_2013.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.
- IPBES. *IPBES Guide on the production of assessments*. Bonn: Secretariat of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services, 2018. Disponível em: https://ipbes.net/sites/default/files/180719_ipbes_assessment_guide_report_hi-res.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.
- IPBES. *Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services*. Bonn: Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.3553579
- IPBES. *Report of the Plenary of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services on the work of its eighth session*. Bonn: Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. 2021. Disponível em: https://ipbes.net/sites/default/files/2021-09/ipbes_8_11_report_of_the_plenary_en.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.
- IPBES. *IPBES rolling work programme up to 2030*. Bonn: Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. 2022. Disponível em: <https://www.ipbes.net/work-programme>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- IPCC. *Website oficial*, 2021a. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>. Acesso em: 20 out. 2021.

- IPCC. *About Gender*, 2021b. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/about/gender/>. Acesso em: 20 out. 2021.
- KOETZ, Thomas; FARRELL, Katharine N.; BRIDGEWATER, Peter. Building better science-policy interfaces for international environmental governance: assessing potential within the Intergovernmental Platform for Biodiversity and Ecosystem Services. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2012. DOI: 10.1007/s10784-011-9152-z.
- LAVE, Rebecca. Bridging Political Ecology and STS: A Field Analysis of the Rosgen Wars. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 102, n. 2, p. 366–382, 2012. DOI: 10.1080/00045608.2011.641884.
- MACGREGOR, Sherilyn. ‘Gender and climate change’: from impacts to discourses. *Journal of the Indian Ocean Region*, v. 6, n. 2, p. 223-238, 2010. DOI: 10.1080/19480881.2010.536669.
- MACGREGOR, Sherilyn. Moving beyond impacts: More answers to the ‘gender and climate change’ question. In: BUCKINGHAM, Susan; MASSON, Virginie Le (org.). *Understanding climate change through gender relations*. Routledge studies in hazards, disaster risk, and climate change. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017. p. 15-30.
- MAGNUSDÓTTIR, Gunnhildur Lily; KRONSELL, Annica. The (In)Visibility of Gender in Scandinavian Climate Policy-Making. *International Feminist Journal of Politics*, v. 17, n. 2, p. 308-326, 2015. DOI: 10.1080/14616742.2014.896661.
- MARTIN, Adrian; COOLSAET, Brendan; CORBERA, Esteve; DAWSON, Neil M.; FRASER, James A.; LEHMANN, Ina; IOKIÑE, Rodriguez. Justice and conservation: The need to incorporate recognition. *Biological Conservation*, v. 197, p. 254-261, 2016.
- MILLER, Clark A. Climate Science and the Making of a Global Political Order. In: SHEILA, Jasanoff (org.). *States of Knowledge*. 1ª edição. London; New York: Routledge, 2004. p. 22.

- NEIMARK, Benjamin; CHILDS, John; NIGHTINGALE, Andrea J.; CAVANAGH, Connor Joseph; SULLIVAN, Sian; BENJAMINSEN, Tor A.; BATTERBURY, Simon; KOOT, Stasja; HARCOURT, Wendy. Speaking Power to “Post-Truth”: Critical Political Ecology and the New Authoritarianism. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 109, n. 2, p. 613-623, 2019. DOI: 10.1080/24694452.2018.1547567.
- NHAMO, Godwell; NHAMO, Senia. Gender and Geographical Balance: With a Focus on the UN Secretariat and the Intergovernmental Panel on Climate Change. *Gender Questions*, v. 5, n. 1, 2018. DOI: 10.25159/2412-8457/2520. DOI: 10.25159/2412-8457/2520
- OBENG-ODOOM, F. *The Commons in an Age of Uncertainty: Decolonizing Nature, Economy, and Society*. Toronto; Buffalo; London: University of Toronto Press, 2020.
- PALÁCIOS, E. M. G.; LINSINGEN, I. V. (Org.). *Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)*. Natal: Cadernos de Ibero-América, 2003.
- PESCHE, D. *et al.* *IPBES mandate and governance*. The Inter-governmental platform on biodiversity and ecosystem service (IPBES): Challenges, knowledge and actors. Working paper hal-01400402. Lyon: Centre pour la communication scientifique directe. 2016. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01400402>. Acesso em: 03 mai. 2022.
- PISA, P. F. *et al.* *Net Report to IPBES 8 Stakeholder Day*. 2021. DOI: 10.13140/RG.2.2.34349.97764.
- RESURRECCIÓN, Bernadette P. Gender and environment from ‘women, environment and development’ to feminist political ecology. In: MACGREGOR, Sherilyn (org.). *Routledge Handbook of Gender and Environment*. Oxon: Routledge, 2017. p. 71-85.
- ROCHELEAU, Dianne *et al.* (Orgs.). *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experience*. 1ª edição. London; New York: Routledge, 1996.

- SÁNCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga. El ecofeminismo. Críticas y alternativas al desarrollo. In: ROCA-SERVAT, Denise; PERDOMO-SÁNCHEZ, Jenni (org.). *La lucha por los comunes y las alternativas al desarrollo frente al extractivismo: miradas desde las ecología(s) política(s) latinoamericanas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 299-312.
- SARDENBERG, Cecilia M.B. Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. In: COSTA, A.A.; SARDENBERG, C.M.B. (orgs.) *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. V. 8. Salvador: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM); Universidade Federal da Bahia. 2002.
- SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, P. 71-99. 1995.
- SHRESTHA, Gitta *et al.* Masculinities and hydropower in India: A feminist political ecology perspective. *International Journal of the Commons*, v. 13, n. 1, p. 130-152, 2019.
- STRUCKMANN, Christiane. A postcolonial feminist critique of the 2030 Agenda for Sustainable Development: A South African application. *Agenda*, v. 32, n. 1, p. 12-24, 2018. DOI: 10.1080/10130950.2018.1433362.
- SVARSTAD, Hanne; BENJAMINSEN, Tor A. Reading radical environmental justice through a political ecology lens. *Geoforum*, v. 108, p. 1-11, 2020.
- SWYNGEDOUW, Erik. Whose environment?: the end of nature, climate change and the process of post-politicization. *Ambiente & Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 69-87, 2011. DOI: 10.1590/S1414-753X2011000200006.
- TUMMERS, Lidewij; MACGREGOR, Sherilyn. Beyond wishful thinking: a FPE perspective on commoning, care, and the promise of co-housing. *International Journal of the Commons*, v. 13, n. 1, p. 62-83, 2019. DOI: 10.18352/ijc.918.

- ULLOA, Astrid. Diferencias de género y etnicidad en las políticas globales-nacionales-locales de cambio climático. *Crítica y Emancipación*, v. 12, p. 277-229, 2014.
- ULME, Mike; MAHONY, Martin. Climate change: What do we know about the IPCC? *Progress in Physical Geography: Earth and Environment*, v. 34, n. 5, p. 705-718, 2010. DOI: 10.1177/0309133310373719.
- VACCAREZZA, L. S. Ciencia, Tecnología y Sociedad: el estado de la cuestión en América Latina. *Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina*, v. 1, n. 1, p. 42-64, 2011.
- WAJCMAN, Judy. *El Tecnofeminismo*. Madrid; València: Cátedra; Universitat de València; Instituto de la Mujer, 2006.
- WAJCMAN, Judy. Feminist theories of technology. *Cambridge Journal of Economics*, v. 34, n. 1, p. 143-152, 2010. DOI: 10.1093/cje/ben057.
- YEARLEY, Steven. Nature and the Environment in Science and Technology Studies. In: HACKETT, Edward J. (org.). *The Handbook of Science and Technology Studies*. The MIT Press Series. 3ª edição. Cambridge: MIT Press, 2007. p. 921-948.
- YEARLEY, Steven. Political, Ethical, and Societal Aspects of Issuing Warnings to Humanity. *Ecocene: Cappadocia Journal of Environmental Humanities*, Cappadocia University, v. 1, n. 1, p. 19-25, 2020. DOI: 10.46863/ecocene.2020.2.

Texto recebido em 31/03/2022 e aprovado em 19/04/2023